



RELATÓRIO DE PILAR 3

2025

SUMÁRIO

1	OBJETIVO	2
2	INTERAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCOS	2
2.1	MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCO DA INSTITUIÇÃO	2
2.2	PRINCIPAIS RISCOS RELACIONADOS AO MODELO DE NEGÓCIO	3
2.2.1	RISCOS QUE IMPACTAM DIRETAMENTE A GESTÃO DO CAPITAL E O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	3
2.2.2	RISCOS QUE NÃO IMPACTAM DIRETAMENTE A GESTÃO DO CAPITAL E O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	4
2.2.3	NÍVEL DE RISCO E ABORDAGENS DE CONTROLE.	4
3	GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS	6
4	CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS.....	8
4.1	CÓDIGO DE ÉTICA.....	8
4.2	POLÍTICAS INTERNAS.....	9
4.3	ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA	9
5	ESCOPO E CARACTERÍSTICAS DE MENSURAÇÃO DE RISCOS.....	9
5.1	RISCO DE MERCADO.....	9
5.2	RISCO DE LIQUIDEZ.....	11
5.3	RISCO DE CRÉDITO	12
5.4	RISCO OPERACIONAL.....	13
5.5	RISCO SOCIOAMBIENTAL	14
6	REPORTE À DIRETORIA	14
7	PROGRAMA DE TESTES	15
7.1	TESTE DE ESTRESSE DE CRÉDITO	15
7.1.1	PROBABILITY OF DEFAULT (PD)	15
7.1.2	LOSS GIVEN DEFAULT (LGD)	15
7.2	TESTE DE ESTRESSE DE MERCADO	15
7.3	TESTE DE ESTRESSE DE LIQUIDEZ	16
8	ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS	16
9	GERENCIAMENTO DE CAPITAL	16
	LISTA DE ABREVIATURAS.....	18

1 OBJETIVO

O presente relatório tem como objetivo atender às diretrizes apresentadas na resolução de nº 54, editada pelo Banco Central do Brasil em 16 de dezembro de 2020. O Banco Guanabara, em sua natureza de instituição financeira designada por banco múltiplo e de acordo com o seu porte S4, enquadra-se incluso na divulgação da tabela padronizada OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição, tendo periodicidade de divulgação anual.

A referida resolução contempla um conjunto de melhores práticas das instituições financeiras, no tocante à divulgação de informações, trazendo alterações no formato, escopo e periodicidade. Trata-se de um incentivo à disciplina de mercado por meio de requerimentos de divulgação ampla de informações relacionadas aos riscos assumidos pelas instituições. Desse modo, tem como objetivo mitigar as incertezas presentes na economia, elevando o nível de confiança.

2 INTERAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCOS

2.1 MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCO DA INSTITUIÇÃO

O Banco Guanabara é uma instituição tradicional em seu nicho de mercado. Possui perfil conservador, e atua principalmente focado em operações de crédito com garantias. Ademais, possui grande sinergia com o Grupo Guanabara sendo responsável por muitos financiamentos e empréstimos gerados através de negócios com o grupo.

As operações de crédito segmentam-se em: (i) Middle Market onde possuem, na sua essência, direitos creditórios como garantia; e (ii) para transporte rodoviário, atuando no fomento àquele setor através de financiamento de veículos novos e usados, contando com a garantia dos bens financiados.

O banco não realiza operações de crédito ou investimentos em títulos, valores mobiliários ou instrumentos financeiros derivativos em outros países. Portanto, não se expõe ao Risco País, nos termos definido pelo BACEN. Além disso, o banco não realiza suas operações de crédito através de intermediadores ou de convênios. Portanto, não se expõe ao risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;

O Banco Guanabara mantém uma estrutura organizacional definida e estabeleceu as diretrizes para o gerenciamento integrado de capital e de riscos, formalizadas através de políticas institucionais emanadas da Diretoria Executiva da instituição, com o objetivo de sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade bancária, visando maximizar os retornos de seus acionistas, com redução da volatilidade nos resultados.

A regulação e a competitividade existentes no setor bancário obrigam as instituições financeiras a desenvolverem processos mais eficazes, com rígidos controles internos, capazes de adequar os níveis de risco aos resultados desejados e limites operacionais. Esse processo de gerenciamento é de fundamental importância para o alcance dos objetivos e metas do Banco Guanabara, garantindo a continuidade normal de suas atividades, subsidiando o processo decisório, proporcionando o retorno desejado nas operações, produtos e serviços do banco e a otimização da relação risco/retorno.

2.2 PRINCIPAIS RISCOS RELACIONADOS AO MODELO DE NEGÓCIO

O Banco Guanabara, como decorrência da atividade bancária, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam decorrentes da natureza de suas operações, dos serviços, das atividades, processos internos, posição de ativos e passivos e fatores internos ou externos à instituição. Nesse cenário, destacamos os principais tipos de riscos:

2.2.1 Riscos que Impactam Diretamente a Gestão do Capital e o Patrimônio de Referência

Mercado: A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos (ativos e passivos) detidos pelo Banco e classificados na Carteira de Negociação, caracterizando principalmente na instituição por:

- Risco de taxa de juros – o risco de taxas de juros refere-se ao nível de exposição da situação financeira de uma Instituição a movimentações das taxas de juros, que sejam contrárias às suas posições. Esse tipo de risco pode afetar não apenas os resultados das instituições financeiras, bem como valor econômico de seus ativos, passivos e instrumentos não constantes do balanço. A despeito de ser o risco de taxa de juros normal à atividade bancária, seu excesso pode ameaçar, consideravelmente, os ganhos e a base de capital de uma instituição financeira. As formas mais comuns de risco de taxas de juros a que as instituições financeiras estão tipicamente expostas são as exposições a riscos de mercado e são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. Títulos, derivativos, empréstimos e financiamentos devem ser analisados tanto de maneira individual como consolidada; e
- Risco de índice de preços – índices de preços são números que agregam e representam os preços de determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços dependentes da variação cambial. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação).

Crédito: A possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, ocasionando a redução de ganhos ou remunerações e o aumento de custos decorrente de vantagens concedidas na renegociação ou recuperação do crédito.

- Risco de Crédito da Contraparte – entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos. A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras de natureza semelhante. E, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.
- Risco de Concentração – Representado pela possibilidade de perda em razão de exposições significativas a uma contraparte, fator de risco, produto, setor econômico ou região geográfica.

Operacional: A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa exposição contempla o **Risco Legal, de Imagem ou de Compliance e o Risco de Reputação** associado à inadequação ou deficiência em contratos

firmados, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes.

Entre os eventos de Risco Operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Banco;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Banco Guanabara;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades do Banco.
- Abordagem única baseada em dois componentes: o volume de negócios da instituição (BIC) e seu histórico efetivo de perdas operacionais (ILM). Com o objetivo regulatório de tornar o capital requerido mais sensível ao risco real da instituição, premiando estruturas de controle mais eficientes.

Risco Legal ou de Compliance: Representado pela possibilidade de o Banco não conduzir seus negócios em conformidade com leis, normas, regulamentos e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades, podendo, consequentemente, causar danos à sua imagem e prejuízos de ordem financeira decorrentes de demandas judiciais e de sanções legais.

Risco de Reputação: Representado pela perda de credibilidade perante clientes, contrapartes, órgãos governamentais e mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias.

2.2.2 Riscos que Não Impactam Diretamente a Gestão do Capital e o Patrimônio de Referência

Liquidez: a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Socioambiental e Climático: Representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade, ao meio ambiente e alterações nos padrões climáticos. Os riscos socioambientais e climáticos associados ao Banco são baixos, em sua maioria, indiretos e advém das relações de negócios, incluindo o financiamento de clientes.

Risco de Estratégia: Representado pela possibilidade de insucesso no alcance dos objetivos estabelecidos decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão pela Instituição.

2.2.3 Nível de risco e abordagens de controle.

A declaração de apetite ao Risco (“RAS”, do inglês “Risk Appetite Statement”) apresenta a expressão da estrutura de capital pretendida pelo Banco Guanabara, a gestão integrada de riscos mais relevantes a que a instituição está exposta e os limites operacionais a serem observados.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17, O Banco tem documentado em sua declaração os tipos e os níveis de riscos aos quais a instituição está disposta assumir para atingir os objetivos estratégicos e executar seu plano de negócio. Desta forma, o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital devem estar alinhados com esta Declaração, com o objetivo de sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade bancária, visando maximizar os retornos de seus acionistas, com redução da volatilidade nos resultados.

A RAS apresenta um conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas, tido como instrumento fundamental de monitoramento e controle dos riscos incorridos pelo Banco. Para os riscos seguir relacionados, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, o Banco estabeleceu abordagens de controles, contemplando os aspectos mais relevantes das exposições aos riscos, sendo estes:

- **Gestão de Capital**

Perspectiva Estratégica: manter um nível adequado de capital, inclusive na visão prospectiva, para fazer face as exposições a riscos e situações de estresse.

Perspectiva Operacional: controle mensal sobre índice de capital e patrimônio de referência (PR).

- **Mercado**

Perspectiva Estratégica: alinhar a exposição decorrente da posição mantida em títulos públicos federais às diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente.

Perspectiva Operacional: monitorar diariamente a marcação a mercado dos ativos registrados na carteira de negociação, reportando quaisquer alterações significativas em relação a curva de mercado esperada.

- **Operacional**

Perspectiva Estratégica: Mitigar os riscos operacionais relacionados a fraudes, corrupção, violações intencionais de requisitos legislativos ou regulamentares, bem como mitigar falhas humanas ou processuais na realização das atividades de suporte e de negócios.

Perspectiva Operacional: o Banco possui baixo apetite para o risco operacional. Contudo, a parcela de capital para a cobertura da exposição a esse risco é apurada pela instituição mediante a abordagem do Indicador Básico, conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

As perdas relacionadas aos eventos relacionados ao Risco operacional são controladas pelo Banco, que monitora inclusive as eventuais perdas decorrentes de ações judiciais.

Para mitigar a ocorrência do risco operacional, o Banco dispõe de um sistema de controles internos projetado para proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, além de códigos de conduta e de autorregulação aplicáveis.

- **Crédito**

Perspectiva Estratégica: observar as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico do Banco, as alçadas e limites operacionais, as políticas e normas internas de concessão de crédito estabelecidos pela alta administração. Priorizar operações com risco de crédito aderente às normas internas.

Perspectiva Operacional: Monitorar a qualidade do crédito sob a ótica da manutenção da capacidade de pagamento do tomador. Controlar a aplicação do adequado fator de ponderação dos ativos registrado na demonstração contábil do Banco.

- **Liquidez**

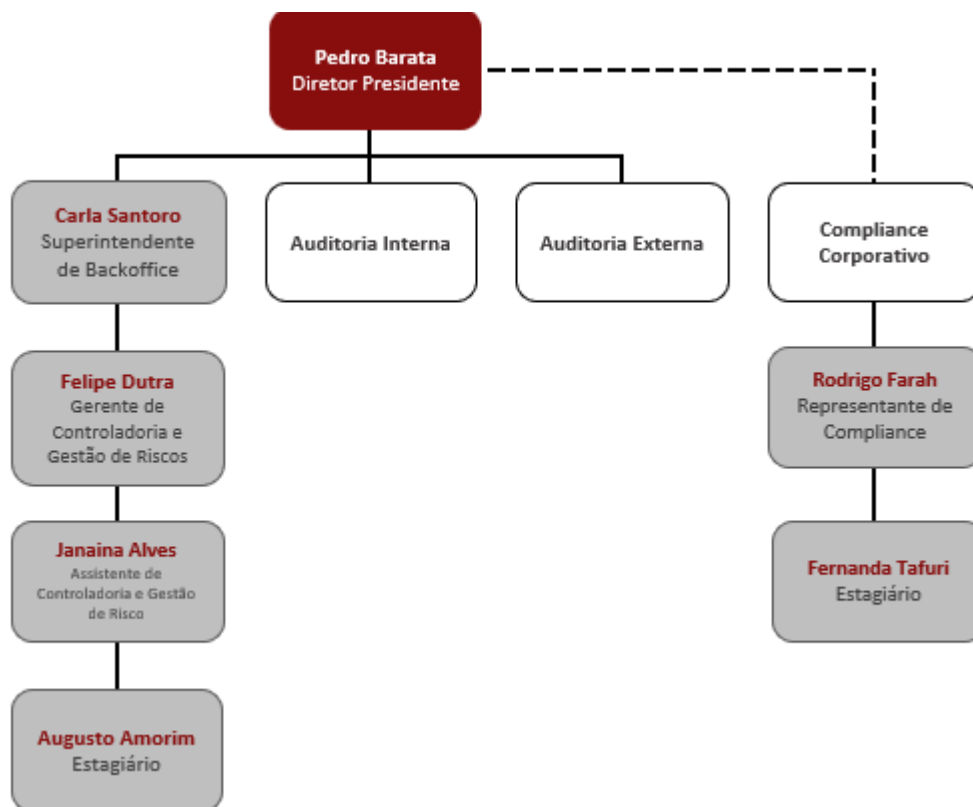
Perspectiva Estratégica: manter uma estrutura de caixa compatível com o Planejamento Estratégico do Banco.

Perspectiva Operacional: monitorar o fluxo de caixa do Banco objetivando antecipar eventuais descasamentos de fluxos financeiros relevantes.

3 GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco Guanabara S/A possui uma estrutura de gestão de riscos e gerenciamento de capital em conformidade com as normas vigentes, com o intuito de efetuar o monitoramento e mitigação dos riscos, além de atender metas e objetivos do planejamento de capital para assegurar que os requerimentos mínimos regulatórios sejam cumpridos.

Abaixo é representado a estrutura definida para gestão de riscos e de capital do Banco:



ESTRUTURA DA GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura do Gerenciamento do Capital do Banco Guanabara é formada por três níveis: Estratégico, Gerencial e Operacional.

O nível estratégico formado pela Diretoria;

O nível gerencial é formado pela Diretor responsável pela Gestão de Capital;

O nível operacional está representado pela Área de Controladoria e Gestão de Riscos.

RESPONSABILIDADES

Diretoria:

- Estabelecer diretrizes e estratégias gerais para o plano de capital, com o horizonte mínimo de 3 anos;
- Definir projeções e metas para as carteiras de produtos;
- Estabelecer a política de distribuição de resultados;
- Estabelecer projeções para o orçamento englobando as receitas e despesas;
- Determinar as alocações e projeções de funding de capital.

Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital:

- Repassar as diretrizes e estratégias definidas pelo Diretor Presidente, estabelecendo normas e procedimentos, bem como, monitorar os processos que visam o cumprimento das determinações e;
- Aprovar os relatórios gerados pela Área de Controladoria & Gestão de Riscos, e repassá-las ao Diretor Presidente.

Departamento de Controladoria & Gestão de Riscos:

- Realizar simulações de condições extremas (teste de estresse), englobando ciclos econômicos, alteração das condições de mercado e de liquidez;
- Realizar projeções de Parâmetros Macroeconômicos, Carteira, Funding de Captação, Alocação do Capital, Receitas e Despesas de acordo com as premissas do plano de capital;
- Realizar as demonstrações das projeções como resultado: BP, DR, Fluxo de Caixa, Impostos e Índices de Desempenho e Basiléia;
- Confeccionar relatórios gerenciais do impacto dessas projeções, que suportem a tomada de decisão da alta administração, tais como: Balanço Patrimonial projetado, Demonstração do Resultado projetado, Fluxo de Caixa, Impostos, e Índices de Desempenho e de Basiléia, Patrimônio de Referência (PR) e Patrimônio de Referência Mínimo (PR Mínimo);
- Consolidar as informações recebidas dos departamentos envolvidos no processo de gestão de capital e confeccionar periodicamente Relatórios Gerenciais de Adequação do Capital para tomada de decisões, que demonstrem as premissas relacionadas nesta política, através do plano estratégico, evidenciando as projeções e metas estabelecidas e aprovadas pelo Diretor Presidente.

Auditoria Interna:

- Tem como responsabilidade atuar na avaliação periódica da qualidade e adequação do processo de gerenciamento de capital, contemplando, no mínimo o exame da estrutura, da política, dos sistemas, dos planos de capital e de contingência, relatórios gerenciais, normas e procedimentos internos

Compliance

- Verificar a aderência dos processos às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e autorreguladores, bem como comunicar às áreas sobre as atualizações normativas.
- Monitorar o dos processos, visão e missão do Banco, com intuito de verificar se os colaboradores estão seguindo as diretrizes que foram estabelecidas nas políticas, códigos, e procedimentos estipulados pela alta administração.

4 CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS

O Banco promove e divulga a todos os seus colaboradores a cultura de atenção à riscos, que aborda os diversos tipos de riscos e as ações inerentes a ocorrência destes. Este viés cultural abrange uma série de atitudes, valores, habilidades, atuação frente aos riscos e, inclusive, como registrá-los para criação de uma base de dados para que sejam acompanhados, analisados, controlados e mitigados pelo Departamento de Controladoria e Gestão de Riscos.

A diretoria do Banco participa diretamente no desenvolvimento desta cultura tanto através de sua promoção como ao direcionamento, que é repassado aos gestores do Banco. Esta abordagem de cima para baixo é replicada em todos os níveis hierárquicos do Banco, permitindo que todos os colaboradores tenham acesso à essa cultura.

O Banco possui uma base de riscos operacionais que armazena registros das incidências. Tais registros são utilizados como um direcionador da efetividade ou da falta de efetividade de um determinado controle/processo; e, com base nesse histórico, ações preventivas são executadas, seja através da criação de novos controles ou alterações em processos.

Riscos não operacionais, riscos inesperados, ou aqueles que não possam de alguma forma ser mensurados/quantificados, como catástrofes naturais ou outros, são diretamente abordados no Plano de Continuidade de Negócios do Banco. Inclusive utilizando matriz de indicativa de probabilidade e impacto para os principais riscos associados.

4.1 CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Banco Guanabara S/A, está disponível em seu site ([O Grupo Guanabara | Banco Guanabara](#)), tem por objetivo difundir os valores da organização, melhorar sua imagem junto aos seus clientes internos e externos e tornar transparentes os seus objetivos. A atualização do Código de Ética do Banco Guanabara S/A, no entanto, representa ainda mais, demonstra nosso compromisso e responsabilidade em promover valores como credibilidade, respeito, competência, integridade e desenvolvimento.

O Banco Guanabara em 2019 ingressou no programa de integridade do Grupo Guanabara, cumprindo com os mecanismos e procedimentos internos específicos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e o estabelecimento e a aplicação de valores, princípios e regras pelo Grupo. Com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos ou lesivos, especialmente contra a Administração pública, nacional e/ou estrangeira, conforme previsto na Lei Anticorrupção. O código e demais políticas do Programa de Integridade do Grupo Guanabara estão disponíveis para acesso de todos os colaboradores, representantes, e terceiros, através do link: [Governança Corporativa | Banco Guanabara](#)

4.2 POLÍTICAS INTERNAS

As Políticas são criadas para documentar ações previamente planejadas, que deverão ser seguidas para que os processos sejam executados de acordo com o propósito do Banco Guanabara S/A. A Política é uma decisão tomada antecipadamente, é uma cartilha para o direcionamento de determinadas decisões. O Banco Guanabara S/A ao instituir Norma e Políticas Internas, um Regulamento Interno, deixa claro a todos os seus colaboradores o que se espera do relacionamento existente por força do contrato de trabalho firmado, no tempo em que este durar, demonstrando sua importância, amparando ambas as partes com o máximo de informações possíveis sobre seus direitos e deveres. Todas as Normas e Políticas Internas do Banco Guanabara estarão disponíveis para os seus colaboradores, que as recebem por e-mail através da comunicação oficial.

4.3 ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Banco Guanabara mantém de forma contínua e permanente a atividade de auditoria interna, compatível com a natureza de suas operações, produtos e serviços; com o porte da instituição; a complexidade do modelo de negócio e a estrutura de gerenciamento e capital e de riscos.

A atividade de Auditoria Interna é realizada por Auditor Independente habilitado para prestar serviços de auditoria independente para instituições financeiras, nos termos da regulamentação vigente. A auditoria interna não é executada pelo mesmo auditor responsável pelos trabalhos de auditoria independente das demonstrações contábeis do Banco Guanabara. Sendo está independente em relação às áreas ou atividades a serem auditadas.

A Auditoria Interna reporta diretamente ao Diretor Presidente do Banco Guanabara ao relato das conclusões e das recomendações decorrentes dos trabalhos realizados.

5 ESCOPO E CARACTERÍSTICAS DE MENSURAÇÃO DE RISCOS

5.1 RISCO DE MERCADO

O Banco Guanabara tem como objetivo a gestão desse risco otimizando a relação risco-retorno através de modelos terceirizados, amplamente testados. As ferramentas e parâmetros utilizados nessa abordagem levam em consideração, entre outros fatores, a diversificação de riscos e limites máximos de exposição. Para tal é enfatizado a análise dos seguintes riscos:

- Risco de taxa de juros – o risco de taxas de juros refere-se ao nível de exposição da situação financeira de uma instituição a movimentações das taxas de juros, que sejam contrárias as suas posições. Esse tipo de risco pode afetar não apenas os resultados das instituições financeiras, bem como valor econômico de seus ativos, passivos e instrumentos não constantes do balanço. Apesar de ser o risco de taxa de juros normal à atividade bancária, seu excesso pode ameaçar, consideravelmente, os ganhos e a base de capital de uma instituição financeira. As formas mais comuns de risco de taxas de juros a que as instituições financeiras estão tipicamente expostas são as exposições a riscos de mercado e são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. Títulos, derivativos, empréstimos e financiamentos devem ser analisados tanto de maneira individual como consolidada.
- Risco de índice de preços – índices de preços são números que agregam e representam os preços de determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação).
- Critério para Carteira de Negociação e Riscos Associados: A partir de novembro de 2015, o Banco Guanabara realizou negociações (operações de compra e venda) com títulos públicos para carteira própria, com objetivo de acompanhar o mercado e obter rentabilidades com os movimentos de preços efetivos ou esperados. Todas as operações realizadas a partir de então foram classificadas na carteira de negociação (trading book) e as existentes anteriormente reclassificadas em 2016 para carteira de negociação. Adicionalmente, poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, tanto destinados a revenda a clientes como na carteira própria, desde que derivativos com a finalidade de hedge, não sendo permitida a realização para fins especulativos. Portanto, a carteira de negociação (Trading book) consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens

- **Ferramentas de Risco de Mercado:**

- a. **Exposição Financeira:** Consiste na análise periódica de determinado ativo / passivo ou fator de risco em função do seu cálculo de marcação a mercado (MtM – Market to Market).
- b. **VaR:** Emprega-se a metodologia do "valor em risco" (value at risk), ou VaR, para avaliar os riscos das operações classificadas tanto da carteira de negociação (trading book) como fora da carteira de negociação (banking book). O VaR é definido basicamente como o prejuízo potencial no transcorrer de um determinado horizonte de tempo, em virtude de movimentos de mercado regulares e adversos, baseando-se em análise de probabilidades. O modelo de risco utiliza um nível de confiança de 99% (2,33 desvios padrões) e o horizonte de tempo de 10 dias para calcular o VaR diariamente. A análise captura os ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos.
- c. **Backtesting:** O Sistema calcula a rentabilidade diária da carteira com base nas cotações de fechamento das taxas de juros e preços e dos respectivos retornos. Esta rentabilidade é obtida pelo produto do valor exposto em "d-1" vezes o valor de retorno em "d0". Desta forma, tem-se o comparativo da variação de preço de mercado da carteira com o VaR calculado.

- **Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação – IRRBB**

Em conformidade com o apetite de risco estabelecido pela RAS, a carteira de não negociação (banking book) é formada por operações não classificadas na carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de mantê-las até prazo contratual. Consiste em operações destinadas à gestão ativa da carteira em operações estruturais. Parte de sua carteira está exposta às oscilações da taxa de juros. No entanto, maior parte de suas operações são treladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando assim os impactos na carteira caso ocorra um cenário de estresse.

Calculando o IRRBB, busca-se estimar se a instituição possui suficiência de capital ao incorrer em descasamentos entre ativos e passivos (sob a ótica de variação de juros). Os riscos gerados por estes descasamentos são controlados, pelo Banco Guanabara, por meio de uma única métrica: o impacto da variação das taxas de juros no resultado da instituição (ΔNII). Adicionalmente, adota-se a métrica de Variação do Valor Econômico do Capital (ΔEVE), que mensura a variação do valor presente de todos os fluxos de caixa dos ativos, passivos e instrumentos fora do balanço decorrente de choques nas taxas de juros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

Objetivando o gerenciamento adequado da exposição ao risco de liquidez, e em observância às normas consignadas na Resolução n.º 4.557 de 23/02/2017 do BACEN, o Banco Guanabara administra seu fluxo de caixa, com vistas a mensurar exposições de risco de liquidez, através de um sistema informatizado, terceirizado de um fornecedor de grande reputação e experiência no mercado, o qual está em linha com as exigências da resolução, bem como, com as determinações emanadas do Conselho de Administração, observando ainda a existência:

- de sistema gerencial para a confecção dos fluxos de caixas considerando todos os investimentos, captações e crédito;
- de padrões mínimos de liquidez, pré-estabelecidos pelo Comitê de Riscos;
- de balanço de ativos, passivos, moedas, com prazos, taxas etc.;
- de modelos para avaliação de liquidez dos produtos das carteiras;

Para confecção do fluxo de caixa, o banco conta com um sistema onde os dados são importados através de arquivos gerados pelos sistemas legados, considerando todos os investimentos, captações e operações de crédito, assim acompanhando mensalmente, e realizando as projeções necessárias para testar se o colchão de liquidez do Banco está de acordo com os limites determinados na RAS.

A instituição apresenta um alto colchão de liquidez, aplicados em Operações Compromissadas e Títulos Públicos, que proporciona honrar seus compromissos seja para resgates de aplicações financeiras (CDB), ou para cumprir a sua programação de liberações de novas operações.

5.3 RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 4.557, emitida pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que determinou a implementação do gerenciamento do risco de crédito definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Banco Guanabara estabelece sua política de crédito com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico e está amparado em procedimentos de análise desenvolvidos pela sua experiência e tradição. A aprovação do crédito segue a Política da Gestão do Risco de Crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte.

O Banco conta com um sistema de gestão de risco de crédito que torna possível medir o valor da perda esperada para a carteira de crédito. O sistema utiliza a metodologia Credit Risk com simulações Monte Carlo, análise descritiva e análise paramétrica para estimar o Credit VAR baseado nas variáveis de Probability of Default (PD) e Loss Given Default (LGD).

• Mensuração e Cálculo do Capital para Risco de Crédito

A parcela do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeito ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) deve ser igual ao somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco. Para a apuração desta parcela, considera-se exposição:

- A aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrada no ativo;
- O limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- O crédito a liberar em até 360 dias;

- A prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros;
- Qualquer adiantamento concedido;
- A garantia depositada em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação e não apartada do patrimônio da entidade depositária e;
- A participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Seguindo as recomendações de Basileia III, as definições dos valores das exposições e dos fatores de ponderações de risco são estabelecidas pela Circular n.º **3.978**, de 23 de janeiro de 2020 e suas respectivas atualizações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

A Política de Risco Operacional (RO), do Banco Guanabara tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e implementação de uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, e disseminação da cultura de controles internos e de gestão desse risco, em todos os níveis hierárquicos da instituição. Estabelecendo ainda atribuições e responsabilidades para cumprimento dos objetivos e metas traçados pela alta administração. O gerenciamento de risco operacional está estruturado para:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional;
- Documentar e armazenar as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaborar relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realizar testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaborar e disseminar a política de gerenciamento de risco operacional em todos os níveis hierárquicos da instituição, estabelecendo papéis e responsabilidades, inclusive para os prestadores de serviços terceirizados;
- Assegurar condições de continuidade normal das atividades para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementar, manter e divulgar o processo estruturado de comunicação e informação;
- Abordagem única baseada em dois componentes: o volume de negócios da instituição (BIC) e seu histórico efetivo de perdas operacionais (ILM). Com o objetivo regulatório de tornar o capital requerido mais sensível ao risco real da instituição, premiando estruturas de controle mais eficientes.

• Mensuração e Cálculo do Capital para Risco Operacional

A parcela RWAOPAD é relativa à apuração dos ativos ponderados pelo risco operacional, calculada mediante a abordagem padronizada com base na Resolução BCB nº 356/2023, sendo o valor do requerimento de capital dividido pelo fator F estabelecido pela regulação vigente.

A metodologia que é utilizada pelo Banco Guanabara é a Abordagem do Indicador de Negócios (BI), que representa a média anual dos três últimos anos multiplicado por 15% (valor estabelecido pelo Comitê de Basileia). Este resultado operacional para cada período anual é calculado através do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE) consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

5.5 RISCO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

A política de responsabilidade socioambiental e climático do Banco Guanabara utiliza conceitos de sustentabilidade, incluindo desenvolvimento sustentável tanto individualmente como em conjunto com clientes, fornecedores, parceiros comerciais e todo tipo de parte interessada (stakeholder) em seus negócios; buscando a valorização de projetos que promovam uma relação ética e transparente, a preservação do meio ambiente para as gerações futuras, o respeito à diversidade e a promoção da redução das desigualdades sociais. Ademais, a confecção de suas diretrizes baseou-se nos temas: Ética e Relações de Consumo, Direitos Humanos, Direitos Trabalhistas e Meio Ambiente. Com isso, tais diretrizes, que tratam das atuações estratégica e operacional do Banco Guanabara S/A, trabalham para aumentar e preservar tudo aquilo que entendemos ser correto para a sociedade e o meio ambiente; e, em conjunto com outros instrumentos, orientam a atuação geral do Banco Guanabara S/A na promoção e disseminação de boas práticas socioambientais.

Os procedimentos de identificação, classificação, avaliação, monitoramento e controle do risco socioambiental e climáticos presentes nas atividades e nas operações do Banco Guanabara S/A são estruturados com base em uma metodologia própria, adequada ao seu porte. O departamento de Controladoria e de Gestão de Riscos, unidade também responsável pelo gerenciamento de risco operacional, é o responsável por avaliar e controlar o risco socioambiental. Quando uma ocorrência é identificada, os responsáveis devem avaliar a necessidade de um plano de ação ou melhoria. Neste caso, é registrada a origem, causa, melhoria, prioridade, responsável pela ação, perda financeira e prazo para ação. Todas as informações referentes às perdas associadas ao risco socioambiental serão documentadas e armazenadas. As análises referentes a tais perdas englobam, mas não se limitam a perdas associadas a: risco de crédito, riscos legais, riscos de reputação, descumprimento de legislação e regulamentação ambiental, descumprimento de decisões judiciais, descumprimento de termos de ajustamento de conduta (TAC) e quaisquer outros termos de compromisso e de regularização de cunho socioambiental, e perdas relacionadas à existência de trabalho: em condições análogas às de escravidão, trabalho infantil, prostituição e discriminação. O departamento de Controladoria e Gestão de Riscos é o responsável por monitorar mudanças legais, regulamentares e de mercado e de alertar a diretoria sobre a necessidade de mudança na Política de Responsabilidade Socioambiental para manter a instituição em conformidade com todo o arcabouço legal vigente.

6 REPORTE À DIRETORIA

O Departamento de Controladoria e Gestão de Riscos é responsável pela gestão de riscos; isto é, responsável por identificar, mapear, analisar, prevenir e mitigar riscos - quer tenham eles já se concretizado ou não. Os riscos que exigem alterações em processos, são levados à conhecimento da diretoria/superintendência através de relatórios periódicos e posteriormente ao gerente responsável pelo departamento gestor do processo para análise e ajustes.

O Departamento de Controladoria e Gestão de Riscos possui independência funcional em relação aos demais departamentos e suas atividades operacionais, isolando adequadamente a execução do controle. Seus membros têm total acesso às informações necessárias para correto exercício de seu trabalho.

7 PROGRAMA DE TESTES

7.1 TESTE DE ESTRESSE DE CRÉDITO

O Banco conta com um sistema de gestão de risco de crédito que torna possível medir o valor da perda esperada para a carteira de crédito. O sistema utiliza a metodologia Credit Risk com simulações Monte Carlo, análise descritiva e análise paramétrica para estimar o Credit VAR baseado nas variáveis de Probability of Default (PD) e Loss Given Default (LGD).

Em cenários de stress, através de um estudo do Banco Central Alemão (Bundesbank), foi criado um conjunto padronizado de nove alternativas que é adotado internacionalmente, onde são realizados choques nos parâmetros de PD e LGD. Além dos cenários padronizados de stress, são analisadas outras condições específicas cobrindo choques segmentados por diversas visões tais como: setor econômico, localização geográfica, entre outros.

7.1.1 Probability of Default (PD)

Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva PD calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) Stress 1 (agravamento da PD em 30%); (iii) Stress 2 (agravamento da PD em 60%).

7.1.2 Loss Given Default (LGD)

Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva LGD associada às garantias, calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) Stress 1 (agravamento do LGD acrescido de 5%); (iii) Stress 2 (agravamento do LGD acrescido de 10%).

7.2 TESTE DE ESTRESSE DE MERCADO

Através do sistema informatizado, é calculado diariamente a rentabilidade da carteira com base nas cotações de fechamento das taxas de juros e preços e dos respectivos retornos (Back-Test). Desta forma, podemos demonstrar sobre como está o comportamento de qualquer ativo, face às oscilações do seu preço de mercado. Back-Test consiste em um método utilizado para testar a composição e o retorno dos portfólios de investimento, baseados em dados históricos passados e que avaliam se a estratégia selecionada foi bem-sucedida. Ou seja, a eficiência do modelo de Value at Risk é comprovada por técnicas de backtesting, onde são comparadas perdas e ganhos reais diários com a percentagem de casos em que o resultado ficou fora dos limites pré-estabelecidos de perda máxima potencial. O número de violações dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99%.

O teste de estresse é parte integrante da gestão de riscos do Banco Guanabara. Cenários de manutenção, rápida deterioração e melhoria das condições do mercado são realizados e revisados mensalmente. Além disso, sempre que se preveem eventos políticos ou econômicos que podem afetar o mercado financeiro, novos cenários são

gerados e as posições são reavaliadas para entendimento dos impactos para o banco. O uso dessas ferramentas resulta na emissão periódica de relatórios e posições assumidas pelo banco.

7.3 TESTE DE ESTRESSE DE LIQUIDEZ

O Banco Guanabara utiliza um sistema informatizado para realizar mensalmente as projeções do seu fluxo de caixa, num horizonte de 90 dias, onde são importados arquivos gerados pelos sistemas legados, que consideram todos os investimentos, captações e operações de crédito do Banco. Assim, sendo possível mensurar as exposições de risco de liquidez e simular comportamento da carteira de ativos em cenários adversos, assumindo hipóteses de circunstâncias que possam influenciar negativamente o comportamento dos fluxos de ingressos e saída de recursos, tais como: queda no recebimento devido à inadimplência, despesas imprevistas, retiradas de depósito a prazo de terceiros e de pessoas ligadas, aumento das renegociações de crédito, entre outros.

Portanto, o teste de estresse de liquidez auxilia averiguar a resiliência do Banco Guanabara na absorção de perdas decorrentes de cenários adversos e ainda verificar capacidade do colchão mínimo de liquidez, bem como a revisão das alternativas do plano de contingência.

8 ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos no Banco Guanabara tem por objetivo sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade bancária, visando maximizar os retornos de seus acionistas, com redução da volatilidade nos resultados, contando, para isso, com controles internos mais eficazes e racionalização dos processos e recursos disponíveis. A competitividade existente no setor obriga as instituições a desenvolverem processos mais eficazes, com rígidos controles internos, capazes de adequar os níveis de risco aos resultados desejados. Esse gerenciamento é de fundamental importância para o alcance dos objetivos e metas de nossa instituição, garantindo a continuidade normal de suas atividades, oferecendo segurança aos acionistas, subsidiando o processo decisório e proporcionando o retorno desejado nas operações, produtos e serviços do banco, contribuindo ainda para permitir a otimização da relação risco/retorno no Banco Guanabara.

9 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Tem como objetivo de atender a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro 2017, baseado no planejamento estratégico do Banco Guanabara, bem como sua adequação às necessidades de capital, diante de possível mudança no cenário macroeconômico. A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Guanabara possui objetivo de identificar e avaliar riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive não cobertos pelo PR mínimo.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital, fica sob a responsabilidade do Diretor Presidente (CRO), e em linha com as recomendações de acordo com o Basileia observadas às melhores práticas de gestão de capital, contemplamos:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação da exposição a riscos relevantes, inclusive os não cobertos pelas parcelas que compõem os requisitos mínimos de capital;
- A formalização clara e objetiva de políticas, normas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos com o objetivo de controlar e monitorar o capital, garantindo a sua adequação em função da exposição aos diversos riscos assumidos pelo Banco;
- O estabelecimento de um plano de capital com o horizonte mínimo de 3 anos;
- A realização de testes de estresses simulando eventos severos e condições extremas de mercado, avaliando os impactos no capital do Banco;
- A confecção de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação, ou não do capital, a serem submetidas ao Diretor Presidente, devendo os mesmos serem capazes de avaliar a necessidade de capital para:
 - Cobrir as exposições a riscos;
 - Atender as metas planejadas e os objetivos estratégicos a serem atingidos pelo Banco;
 - Suportar as mudanças nas condições internas e externas do mercado no qual o Banco esteja atuando.

Assim, mitigando os riscos de perdas não esperadas, logo, não provisionadas, em virtude de grandes oscilações em variáveis macroeconômicas.

Para o cálculo e monitoramento do Patrimônio de Referência (PR) e a apuração dos requerimentos mínimos em relação ao RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), a instituição dispõe de métodos informatizado específico para a gestão e controle da alocação de capitais, em função da exposição aos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez a que o banco está exposto em função de suas atividades, operações, produtos e serviços.

Destacamos que

O Patrimônio de Referência consiste no somatório do Nível I e do Nível II. O Nível I é apurado pela soma do Capital Principal mais o Capital Complementar, já o Nível II é apurado mediante os valores correspondentes aos instrumentos elegíveis de capital menos as deduções previstas nos artigos 8º da Resolução n.º 4.955/21. As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência, porém para apurarmos esse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O RWA corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, $RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$, seguindo as recomendações da Resolução 4.958/21, de 21º de outubro de 2021. O Índice de Nível I (IN1) é apurado de acordo com a seguinte fórmula: $IN1 = \text{Nível 1} / RWA$, em que Nível 1 = parcela do PR correspondente ao somatório do Capital Principal e do Capital Complementar, seguindo recomendação da resolução BCB n° 306, de 23/03/2023). O Índice de Capital Próprio (ICP) é calculado através da seguinte fórmula: $ICP = \text{Capital Principal} / RWA$. O Índice Basileia é apurado como: $IB = PR / RWA$, seguindo as resoluções CMN n° 4.955/2021, CMN n° 4.958/2021, BCB n° 306/2023.

Informamos que a instituição não possui instrumentos financeiros elegíveis para composição da Dívida Subordinada do Patrimônio de Referência Nível II (PR Nível II).

LISTA DE ABREVIATURAS

■ B

BACEN – Banco Central do Brasil

■ C

CDBS - Certificado de Depósito Bancário Subordinado

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CMN – Conselho Monetário Nacional

■ F

FPR – Fator de Ponderação de Risco

■ I

IE – Indicador de Exposição ao Risco Operacional

IB – Índice Basileia

IN1 – Índice de Nível I

■ L

LFS – Letra Financeira Subordinada

LGD – *Loss Given Default*

■ P

PR – Patrimônio de Referência

PCN – Plano de Continuidade de Negócios

PD – *Probability of Default*

■ R

RWA – Ativos Ponderados pelo Risco

RWA_{CPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

RWA_{MPAD} – parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

RWA_{OPAD} – parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR1} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR2} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR3} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{JUR4} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{CAM} – parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{COM} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

RWA_{ACS} – parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada

■ V

VaR – *Value at Risk*

Tipo:	Relatório	Publicação:	12/01/2026
Área:	Controladoria & Gestão de Riscos	Atualização:	12/01/2026
Título:	Relatório de Pilar 3	Versão:	2025